

PÓVOA DE LANHOSO

(Lanhoso)

Partindo de Póvoa de Lanhoso, sede concelhia, tome a estrada EN 205, para norte, e, pouco menos de 1 km percorrido, vire à direita, seguindo as indicações para o santuário da Senhora do Pilar e para o castelo de Lanhoso. A meia encosta, entre a primeira e a segunda curva da estrada, estará a passar pela zona arqueológica do castro de Lanhoso. Continuando pela estrada e seguindo até ao cimo do afloramento granítico deparará com o santuário seiscentista da Senhora do Pilar e com o castelo de Lanhoso.

Castelo de Lanhoso

O CASTELO DE LANHOSO foi construído no alto de um imenso afloramento rochoso granítico, um enorme batólito com mais de 60 m de altura, que se destaca na paisagem. Durante a Antiguidade os acessos ao alto deste afloramento não foram devidamente resolvidos. Por isso, o povoado castrejo implantou-se a meia encosta, na face norte, voltada à vila de Valdemil. As origens deste povoado remontam ao Calcolítico e à Idade do Bronze. O seu apogeu corresponde, no entanto, à Idade do Ferro

e ao período de ocupação romana. Os testemunhos arqueológicos apareceram em 1938-39, quando a DGEMN começou o restauro do castelo de Lanhoso e decidiu abrir uma estrada – aquela que, ainda hoje, facilita o acesso ao alto do afloramento granítico –. As escavações colocaram a descoberto várias casas castrejas, umas com a sua característica planta circular, dotadas de átrio, outras já de planta retangular. Algumas continuam visíveis, de um e outro lado da estrada, e um pequeno núcleo foi reconstruído.



Castelo de Lanhoso. Vista aérea
(Google Maps. Imagens ©2023
CNES / Airbus, IGP/DGRF,
Maxar Technologies, Dados do
mapa ©2023)

Os trabalhos facultaram um espólio importante, estudado por Carlos Teixeira, de entre o qual merecem destaque três torques de ouro, dois braceletes também em ouro e um capacete romano em bronze (do tipo Montefortino II, atribuível ao século I a.C.). Estas escavações demonstraram, ainda, que o povoado castrejo teve uma ocupação que se prolongou até à Antiguidade Tardia (meados do século V). Com efeito, aqui apareceu uma *siliqua* do rei suevo Requiário (448-456), uma pequena moeda de prata de suma importância. Foi este numisma que veio demonstrar a veracidade da primeira amoedação autónoma de um reino “germânico” em toda a Europa, reabilitando a *siliqua* da Bibliothèque Nationale de Paris, até então exemplar único e, por isso, encarada por vários autores como uma falsificação. Neste momento já se conhecem seis exemplares destas moedas de prata suevas que, no entanto, continuam a ser raras.

Depois do castro ter sido abandonado, o afloramento de Lanhoso conheceu uma segunda ocupação, atribuível ao período da *Reconquista*. Esta ocupação implantou-se no alto do imenso afloramento, ao qual se passou a aceder por meio de uma ingreme e ousada escada constituída por degraus escavados na rocha. Este itinerário, em zigue-zague, permitia aceder à zona superior do afloramento, onde se instalou uma estrutura militar medieval. O castelo de Lanhoso aparece mencionado na documentação desde

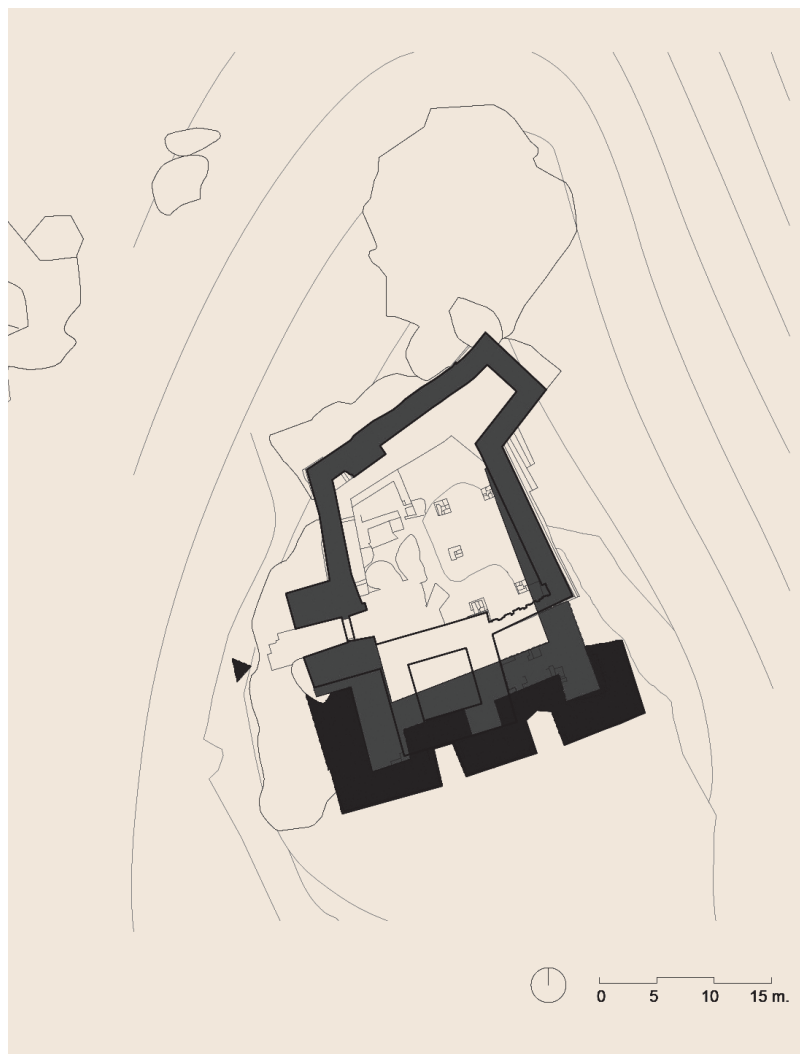
1059 e 1086 e, por via epigráfica, desde [1070-1091]. A estrutura militar inicial, erguida nos finais do século X ou inícios da centúria seguinte, conheceu uma reconstrução por iniciativa do bispo D. Pedro (1070-1091), o restaurador da diocese de Braga. O interesse do prelado bracarense pelo restauro de Lanhoso prende-se, obviamente, com o controle da via romana que ligava Astorga e Chaves à cidade episcopal de Braga (a *Via XVII* do Itinerário de Antonino), que continuava a ser um eixo viário fundamental na Idade Média. Algumas décadas mais tarde, o castelo de Lanhoso seria escolhido pela condessa portugalense, D. Teresa, para aqui se refugiar dos exércitos de sua irmã, a rainha D. Urraca, e do arcebispo de Compostela, Diego Gelmires, quando estes invadiram o norte do Condado Portugalense. Os eventos, que decorreram em 1120 ou 1121, encontram-se memorizados na *Historia Compostellana*. Isto significa que, aos olhos da condessa portugalense, o castelo de Lanhoso seria considerado a estrutura mais forte que estaria ao seu dispor na zona de Braga e Guimarães. Aqui a condessa promulgaria um documento, em julho de 1120, e aqui seria assinado o tratado de Lanhoso, celebrado entre as duas meias-irmãs, filhas de Afonso VI de Leão. Apesar do castelo ter uma origem mais antiga, desde os inícios do século XII – pelo menos desde 1110, se não antes – presidiu militarmente à *Terra* de Lanhoso. Ao longo dos séculos XII e XIII conhecem-se vários *tenentes*



Vista geral do castelo de Lanhoso a partir de noroeste



Acesso medieval ao castelo, com degraus escavados no afloramento rochoso



Planta

de Lanhoso, que administraram o castelo e a *Terra*, recrutados entre a mais alta Nobreza portuguesa, sobretudo em linhagens com forte implantação na região: os de Lanhoso, de Ribeira, de Riba de Vizela, de Briteiros... No último quartel do século XII foi palco de trágico evento, quando o seu *tenente*, Rui (ou Rodrigo) Gonçalves de Palmeira, ao tomar conhecimento do adultério cometido por sua mulher, Inês Sanches, com um monge do mosteiro de Bouro, decidiu incendiar o castelo com os dois protagonistas e outras testemunhas no seu interior, um acontecimento referido, com algum detalhe, pelo conde D. Pedro de Barcelos, no seu *Nobiliário*. Meio século volvido, a fortificação seria de novo notícia. Quando a crise de 1245 estalou, o castelo de Lanhoso estava confiado ao *tenente* Godinho Fafes de Lanhoso, que deteve o cargo entre 1236 e 1254. Este, por sua vez, confiara a fortificação ao seu *pretor*, Mem Cravo, que, numa atitude entendida como de traição, em vez de manter o castelo de Lanhoso fiel à voz de D. Sancho II,

o entregou ao conde de Bolonha, D. Afonso. Estes eventos, que se podem situar por volta de 1245-46, também se encontram referidos no *Nobiliário* do conde D. Pedro. D. Dinis outorgou foral a Lanhoso, a 25 de setembro de 1292, onde se regista a obrigação de a povoação indicar ao monarca um *hominem filium de algo* que lhe fizesse *menagium pro ipso castello*. Como veremos mais à frente, é a este monarca que se ficou a dever uma das mais importantes remodelações do castelo, com a construção da sua torre de menagem. No final do século XIV o castelo continuava operacional, como se deduz das doações de D. Fernando (a Fernão Gomes da Silva) e de D. João I. Mas ao longo do século XV foi perdendo interesse estratégico. Na centúria seguinte, Lanhoso recebeu Foral Novo a 4 de janeiro de 1514, mas no diploma manuelino não se encontra eco da fortificação. No Numeramento de 1527, registava-se que *a terra de Lanbosso ... tem hu castello forte sobre buua fragua e nom tem povoaçom nbuua junta nem vyvem no castello nemgm*. A



Torreões enquadrando a porta de entrada da Alcáçova. Fase mais antiga da construção dos torreões na base (Fase I)



Vestígios da sapata dentada pré-românica e do alicerce do primeiro torreão

estrutura militar já estaria, então, abandonada. No século XVII o afloramento onde o castelo se implantava seria escolhido por Álvaro da Silva Machado, um comerciante da Póvoa de Lanhoso que enriquecera no Porto, para nele construir um santuário dedicado à Senhora do Pilar. As

obras arrancaram em 1680, dois anos depois do mosteiro homónimo, da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, ter entrado ao culto. Para a construção do santuário foi utilizada alguma pedra retirada dos arruinados muros do castelo, o que acelerou a degradação da estrutura mediéevica.

As obras do santuário prolongaram-se por várias décadas, não estando ainda concluídas quando Francisco Xavier da Serra Craesbeeck o descreveu em 1726. Depois da fundação da DGEMN, em 1929, o castelo de Lanhoso passou a ser uma das suas prioridades no norte de Portugal. O seu restauro, que se desenrolou entre 1938 e 1942, conduziu às mencionadas descobertas arqueológicas e devolveu ao castelo de Lanhoso o perfil que ainda hoje apresenta. Este restauro, incluído no âmbito das comemorações do Duplo Centenário (1940), ficou a assinalar o segundo maior investimento da DGEMN em castelos no norte de Portugal (logo a seguir ao restauro do castelo de Guimarães).

Ao chegar ao alto do afloramento granítico de Lanhoso, o visitante ultrapassa um troço de muralha truncado pela estrada que foi rasgada pela DGEMN e depara com o primeiro recinto murallado. Este espaço é delimitado por uma muralha periférica, que contorna a orla do afloramento superior, e que, na vertente voltada a leste, apresenta cinco torreões quadrangulares, dois deles enquadrando uma porta de ingresso. Nesta porta, e nos seus torreões, são perceptíveis três fases distintas: uma fase antiga, pré-românica, uma reconstrução posterior e o restauro. A fase mais antiga corresponde à fortificação erguida nos séculos X-XI; a reconstrução à já referida iniciativa ordenada pelo bispo D. Pedro, algures entre 1070 e 1091; o restauro à intervenção da DGEMN. Prosseguindo pelo afloramento rochoso, e depois de ultrapassado o santuário da Senhora do Pilar, o visitante depara com o que normalmente se designa como "o castelo de Lanhoso" mas que, na realidade, é apenas a *alcáçova* do castelo de Lanhoso.

No prospecto voltado a sul e ao santuário, são visíveis os testemunhos de um supedâneo (embasamento) onde se individualizam três plataformas ou espaços subquadrangulares, separados entre si por espaços livres com 2,15 m de largura. Sobre estas plataformas ergueram-se três torreões, sensivelmente equidistantes, que apresentavam dimensões muito semelhantes, entre 3,40 e 3,60 m de largura. Do torreão ocidental restam oito fiadas de silhares, sendo de fácil reconhecimento. O torreão central, parcialmente desmontado, encontra-se embutido na base da torre de menagem. E o torreão leste, o mais arruinado, tem os seus alicerces bem visíveis nas estruturas que a DGEMN deixou à mostra, depois do desaterro que realizou em toda a estrutura da alcáçova. Contornando a fachada do castelo pelo seu lado ocidental, à esquerda, o visitante depara com uma porta de entrada enquadrada por dois torreões – uma solução que repete a que se encontra na muralha periférica –. Nestes torreões são visíveis várias fases no aparelho construtivo. Salientemos apenas as duas primeiras: a



Vestígios da fase pré-românica, encaixados entre afloramentos graníticos



Torreão nordeste do recinto murallado exterior



Inscrição do Bispo de Braga, D. Pedro (1070-1091), associada à 2ª fase de Lanhoso (proto-românica)

inferior, com aparelho pré-românico, que apelidamos de Fase I, corresponde ao castelo do século X-XI; a segunda, do último quartel do século XI, corresponde à Fase II, protagonizada pelo bispo D. Pedro. Com efeito, no torreão do lado esquerdo, na face voltada à entrada, deparamo-nos com uma inscrição que diz:

PETRVS ÆP(iscopu)s

Trata-se de uma inscrição do bispo D. Pedro, o prelado que restaurou a diocese bracarense, e que decidiu investir no restauro do castelo de Lanhoso por ele ser um ponto fundamental no controle dos acessos à cidade episcopal. Esta inscrição é de uma enorme importância. Porque nos data a reforma do bispo D. Pedro, atribuindo a Fase II ao último quartel do século XI. E, sobretudo, porque nos garante que a Fase I terá de ser, obviamente, anterior, provavelmente dos finais do século X ou inícios da centúria seguinte.

Penetrando no interior do pátio, o visitante depara-se com um espaço que é delimitado por panos de muralha que foram, todos eles, reerguidos pela DGEMN no contexto do processo de restauro. Mas, com exceção do pano de muralha que encerra o espaço, à esquerda da torre de menagem, todos eles apresentam, na base, a fase mais antiga, com estereotomia pré-românica. Isto assegura-nos que o castelo dos finais do século X ou inícios do século

XI já tinha a planta que manteve na fase proto-românica, do bispo D. Pedro. O visitante poderá, ainda, admirar diversos pilares de secção quadrangular, de boa qualidade, que nos documentam a existência de uma estrutura de tipo palatino no interior da *alcáçova* do castelo de Lanhoso. Foi aqui que a condessa D. Teresa se recolheu, em 1120 ou 1121, fugindo dos exércitos de sua meia-irmã e do prelado compostelano. O espaço do castelo de Lanhoso conheceu sucessivas obras de manutenção. É natural que, depois dos trágicos eventos protagonizados por Rui (ou Rodrigo) Gonçalves de Palmeira, tenha havido necessidade de trabalhos de reconstrução, enquadrados no âmbito da *anúduva*. Mas a reforma mais radical ocorreu com o reinado de D. Dinis, quando a fachada sul, com os seus três torreões equidistantes erguidos sobre supedâneo, foi demolida para, em seu lugar, ser erguida a torre de menagem dionisina que ainda hoje ali se pode observar. Esta torre, com 10 m de largura e organizada em três pisos (rés-do-chão, fechado, e dois andares sobradados), implantava-se sobre a muralha do castelo, expondo os alicerces da metade meridional da sua estrutura. Nesse aspeto, a sua implantação é tipicamente gótica. Na fachada virada a sul apresenta o escudo régio português, assinalando o protagonista pela sua construção. O acesso, garantido por porta de arco quebrado aberta no 1º andar, é servido por escada de pedra que resulta de intervenção da DGEMN,



Pilares da estrutura residencial condal, no pátio do castelo

realizada em 1973. A construção da torre de menagem implicou não só a demolição das três torres da fachada sul como, igualmente, a eliminação da estrutura palatina onde D. Teresa se tinha recolhido em 1120 ou 1121.

Esvaziado de significado estratégico a partir dos finais da Idade Média, o castelo já se encontrava abandonado em 1527. A queda de um raio, a que se refere Craesbeeck, e a construção do santuário da Senhora do Pilar, que de ali retirou silhares, aceleraram o processo de degradação da estrutura militar, que chegou ao século XX profundamente arruinada. A torre de menagem conservava-se erguida, mas as muralhas em seu redor estavam gravemente danificadas e arruinadas. A planta da estrutura antes do restauro, divulgada pela DGEMN, revela bem como a alcáçova de Lanhoso estava arruinada. No torreão esquerdo da porta de entrada, o silhar com a inscrição do bispo D. Pedro era o derradeiro que se conservava *in situ*. Tudo o mais, à sua direita e nas fiadas acima, resulta do restauro da DGEMN. À direita (ou leste) da torre de menagem quase nada era visível. Os alicerces, que permitiram o restauro da DGEMN, foram colocados à mostra quando aquela entidade decidiu proceder ao desaterro de toda a estrutura, removendo uma grande quantidade de sedimentos (infelizmente sem controle arqueológico). Este organismo estatal empreendeu então um restauro que, reerguendo as muralhas, demonstrou alguma

incompreensão pela estrutura medieval. Com efeito, no pano de muralha leste, a DGEMN optou por deslocar a muralha um pouco para nascente, criando um socalco entre a estrutura medieval sobrevivente e a nova muralha, que não existia. Do mesmo modo, na face voltada a sul, que se apresentava gravemente arruinada, a DGEMN optou por criar uma nova muralha que ligava a muralha leste à esquina nordeste da torre de menagem. Isto mesmo depois de terem colocado à mostra os alicerces da muralha medieval, que ligavam com a torre de menagem a meio da sua parede leste. Da nova "muralha" acabou por ser apenas construída a face exterior, sem ter sido criado o intradorso. Com efeito, se a face interna da muralha fosse erguida, ela iria colidir com o primeiro pilar da estrutura palatina. E, face a esta contradição, a DGEMN optou por criar uma muralha meramente cenográfica, apenas dotada de face externa, destinada a encerrar o pátio do castelo que, aos olhos dos seus técnicos, teria de ser, forçosamente, uma estrutura fechada. E, com este restauro, que se desenrolou entre 1938 e 1942, o castelo de Lanhoso adquiriu quase todas as características que o visitante hoje pode observar. As intervenções subsequentes, que se concentraram na torre de menagem, não afetaram a estrutura de forma significativa.

Texto: MJB - Fotos: MJB/JNG - Plano: CMLan/PN

Torre de Menagem de D. Dinis, responsável pela destruição da estrutura pré e proto-românica da alcáçova de Lanhoso



Bibliografia

ABREU, L., 1956, pp. 143-146; AMARAL, L.C., 2007, pp. 213 e ss.; AMARAL, L.C. e BARROCA, M.J., 2012, pp. 218-219 e 266-267; BARROCA, M.J., 1990-91, pp. 111-114; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 32 (de [1070-1091]); BARROCA, M.J., 2004, pp. 192-193; BARROCA, M.J., 2013a; BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 36 (de [1070-1091]); BARROCA, M.J., 2017b, pp. 140-141; BARROCA, M.J., 2017c, pp. 35-36; BETTENCOURT, A., 1993, pp. 153-180; CHANC. D. JOÃO I, Livro I (1), doc. n.º 196 (de 1386, maio, 26); COSTA, A.J., 1959, I, pp. 25 e ss. e II, pp. 103-104; COSTA, A.J., 1997-2000, I, pp. 213 e ss. e II, pp. 113-114; CRAESBEECK, F.X.S., 1992, II, pp. 71-75; DGEMN, 1942b; DIAS, L.F.C., 1961-69, V, pp. 46-48; DMP, DR, doc. n.º 17 (de 1110), doc. n.º 31 (de [de 1112, maio - de 1126, março]) e doc. n.º 54 (de 1120, julho); FIGUEIREDO J., 1964, pp.

169-180; FREIRE, A.B., 1905, p. 254; GARCÍA BELLIDO, A., 1946, pp. 356-358; GARCÍA-MAURINO MUZQUIZ, J., 1993, p. 109, n.º 28, e p. 132; GIL, J., 1986, p. 31; HIST. COMP., 1994, Libro II, Cap. XLII, p. 363; LFIDEI, doc. n.º 118 (de 1086, abril, 9) e doc. n.º 592 (de [1112, maio - de 1126, março]); LOIS LADRA, X., 2002, pp. 81-85; MARTINS, M., 1990, pp. 56 e 91-92; MARTINS, M.G., 2016, pp. 33-34; MATTOSO, J., 1983, pp. 79 e 93; MEM. PAROQ. 1758 (2003), pp. 392-395; NORTON, M.A., 1982, pp. 108-114; PERES, D., 1969, pp. 41-45; PMH, DC, doc. n.º 420 (de 1059); PMH, LL, 21 G 11 e 47 C 4; SILVA, A.C.F., 1986, pp. 181-182 e 237; SI-PA; TEIXEIRA, C., 1939, pp. 245-252; TEIXEIRA, C., 1940a, pp. 117-125; TEIXEIRA, C., 1940b, pp. 517-529; TEIXEIRA, C., 1942, pp. 138-139; TOMÉ, M., 2002, p. 66; VENTURA, L., 1992, II, pp. 1001-1002; VMH, doc. n.º 45 (de 1059).